A SANTIDADE DE DEUS  
  
O atributo da santidade foi um tema proeminente nos escritos de teólogos reformados da pós-Reforma. Numa linguagem parecida com a de Charnock, Leigh fala de santidade como a “beleza de todos os atributos de Deus, sem a qual sua sabedoria não passaria de astúcia; sua justiça, de crueldade; sua soberania, de tirania, sua misericórdia, de piedade sem nexo". Longe de ser um monstro infinito, Deus possui uma “liberdade perfeita e não contaminada por nenhum mal”. Em termos positivos, Charnock descreve a santidade de Deus como “a retidão ou integridade da natureza divina [...] nas emoções e ações da vontade divina [...] mediante a qual atua de uma maneira apropriada à sua própria excelência". Em termos mais simples, Deus ama o bem e odeia o mal, imutavelmente.  
  
Entre os teólogos reformados não havia dúvida alguma de que a santidade era um atributo divino essencial. Ao passar de um atributo para outro, Charnock está o tempo todo trancando-os, a fim de pintar um quadro mais completo de Deus em sua essência. E, quando o assunto é santidade, Chamock defende que é um atributo tão necessário ao ser de Deus como também o são, por exemplo, a onisciência e a imutabilidade. É interessante que, no contexto de defesa da santidade essencial de Deus, Charnock também proponha (citando Turretin) que Deus também é essencialmente gracioso, misericordioso e justo, “embora nenhuma de suas criaturas tivesse sido feita para nela ele manifestar sua graça, misericórdia, justiça ou santidade". Em outras palavras, a justiça é um atributo essencial de Deus, mas é preciso haver uma condição para que o ato de justiça seja necessário. De forma parecida, a santidade não é apenas um ato da vontade de Deus. Se fosse, ele poderia querer amar a injustiça ou odiar a justiça. Em vez disso, por uma necessidade livre - não compelidaisto -, isto é, por causa da perfeição de seus atributos, Deus é necessariamente santo. Deus é não apenas necessariamente santo, mas também absoluta e infinitamente santo. Devido à mutabilidade inata de todas as criaturas, nenhuma pode ser santa em sua essência, mas Deus, que é imutável, é absolutamente santo, o que está de conformidade com seus outros atributos.

Quando se trata do pecado, Deus precisa necessariamente abominá-lo. Charnock observa que, uma vez que Deus ama a si mesmo, “então tem necessariamente de odiar tudo que é contra ele". E, dessa maneira, seu ódio ao pecado é um ódio intenso. As Escrituras descrevem de modo marcante que Deus vê o pecado como algo que lhe causa repulsa: “ele fica impaciente ao ver o pecado; até mesmo avistá-lo o afeta com repulsa (Hc 1.13); ele odeia a primeira fagulha do pecado na imaginação humana (Zc 8.17)". Aliás, “o pecado é o único e principal alvo de seu desprazer". A natureza do homem procede de Deus, e, por isso, não é a natureza do homem que Deus odeia, mas a corrupção da natureza do homem. Se Deus fosse aprovar o pecado, antes teria de negar a si mesmo, o que é totalmente impossível. Deus, portanto, odiará para sempre o pecado e manifestará para sempre seu desprazer com o pecado, o que entre os teólogos reformados fornece a base para a doutrina do castigo eterno.

Pelos méritos de Jesus Cristo, os pecadores podem escapar do castigo que merecem, mas, ao reconciliar pecadores consigo, em harmonia com seus atributos essenciais, Deus ainda assim mostra seu ódio contra o pecado, castigando-o com a morte de seu único Filho.

Charnock emprega imagens marcantes para descrever esse ponto importantíssimo da teologia cristã: “Nem as pragas todas que foram ou serão derramadas sobre o mundo perverso, nem a fornalha ardente da consciência de um pecador, nem a sentença irreversível pronunciada contra os demônios rebeldes, nem os gemidos das criaturas condenadas ao castigo eterno oferecem uma demonstração tão clara do ódio de Deus contra o pecado quanto a ira de Deus que é derramada sobre seu Filho". Tendo em vista que o salmo 22 se cumpriu perfeitamente na morte de Jesus Cristo na cruz, Charnock destaca que o versículo 3 fala da santidade de Deus enquanto Cristo dava seus gemidos de morte. “A justiça de fato deu o golpe, mas a santidade foi quem o determinou". Reafirmando o ódio de Deus ao pecado como demonstração de sua santidade essencial, Charnock explica que o Pai “quis que a pessoa mais excelente, aquela que vinha logo em seguida a ele e era igual a ele em todas as perfeições gloriosas de sua natureza (Fp 2.6), morresse numa cruz desgraçada e ficasse exposta às chamas da ira divina, para que o pecado não vivesse, e sua santidade permanecesse para sempre denegrida pelas violações de sua lei [...] Pelo visto, Deus pôs de lado a ternura de um pai e colocou as vestes de um inimigo irreconciliável”.

Conforme aludido anteriormente, a santidade essencial de Deus é um fator importante para a concepção que Charnock tem da justiça essencial de Deus. Nem sempre teólogos reformados têm concordado sobre a necessidade da expiação. Aparentemente Chamock adota a posição defendida por John Owen (1616-1683) e Turretin, contrariamente à de teólogos como Goodwin e William Twisse (1578-1646), de que existe “a necessidade de que a santidade de Deus seja satisfeita por um mediador adequado". Charnock admite que, entre os teólogos reformados, nenhum nega que Deus odeia essencialmente toda injustiça, mas o debate diz respeito a se a única maneira de o pecado ser perdoado era mediante reparação ou se bastaria um ato da vontade de Deus. Citando Turretin e concordando com o que Owen afirma, Charnock escreve: "Alguns questionam, sim, o fato de que a justiça de Deus é tão essencial para ele a ponto de o pecado não poder ser perdoado sem reparação, embora pareça que, em termos lógicos, a reparação é decorrência da justiça”. Na reparação providenciada por Cristo, mediante a qual Deus é capaz de perdoar pecadores, a santidade e a misericórdia de Deus se manifestam conjuntamente, “para que a misericórdia nem sempre suspire pela destruição da criatura e a santidade nem sempre lamente o desapreço de sua honra".  
  
Assim como a santidade de Deus se manifesta na morte de Cristo, da mesma maneira ela se mostra na pessoa de Cristo. Cristo é a imagem da santidade de Deus. Uma vez que Deus em sua glória é “demasiadamente ofuscante para que seja por nós contemplado”, a encarnação torna possível aos eleitos não apenas verem a santidade de Deus no rosto de Jesus Cristo, mas também se tornarem santos como Deus por meio de Jesus Cristo. Aliás, tornar-se santo como Cristo é a maneira suprema de honrar a Deus. “Assim como esse é o esplendor de todos os atributos divinos, é também a flor de todas as graças cristãs, a coroa de toda a religião". Assim, ao contrário, por exemplo, do atributo da eternidade, a santidade de Deus é um atributo comunicável. Mas deve-se ter em mente que todos os atributos comunicáveis são primeiramente revelados de uma forma perfeita na pessoa de Jesus Cristo, e então os crentes, mediante a união com o Salvador, são feitos participantes desses atributos de Deus. A aplicação da santidade tem, então, um foco cristológico.  
  
Fonte: Teologia Puritana, pág. 125-128. Edições Vida Nova.